

REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

REAJA AGORA OU
TRABALHE PARA SEMPRE!



Deputada Federal
**Fernanda
Melchionna**



PSOL
SOCIALISMO
E LIBERDADE

Cartilha | Reforma da Previdência - reaja agora ou trabalhe para sempre!

Material de responsabilidade do mandato da Deputada Federal Fernanda Melchionna | Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RS)

Gabinete 621 - Anexo IV - 6º andar

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados | Brasília - DF

Email: dep.fernandamelchionna@camara.leg.br | Tel.: (61) 3215-3621

Expediente

Apresentação: Fernanda Melchionna

Textos: Bernardo Corrêa, Rafael Lemes, Matheus Trevisan e Gustavo Rêgo.

Revisão: Gabriel Galli

Charges: Edgar Vasques

Diagramação e projeto gráfico: Francine Lasevitch e Paola Rodrigues

Impressão: RML Gráfica

Índice

1. Apresentação.....	5
2. Bolsonaro quer acabar com a aposentadoria dos brasileiros.....	9
3. Como funciona o sistema de previdência no Brasil.....	9
4. De que déficit estamos falando?.....	10
5. Os verdadeiros responsáveis.....	11
6. A maior das mentiras: “O Brasil precisa de uma Reforma da Previdência para voltar a crescer”.....	16
7. Expectativa de vida maior? De quem?.....	18
8. O Regime de Capitalização é melhor ou pior?.....	20
9. Contra os privilégios?.....	21
10. A Reforma da Previdência é machista.....	22
11. As maldades da Reforma.....	26
12. Bolsonaro quer tirar da Constituição as garantias de aposentadoria digna.....	33
13. A Reforma necessária para combater os verdadeiros privilégios.....	34
14. Como derrotar essa Reforma?.....	37

“Trabalhador abra o olho
Vamos entrar na batalha
Ante o crime dos poderes
Contra o povo que trabalha...
Esses bandidos eleitos
Querem roubar os direitos
De quem produz todo dia
E de forma irregular
Estão querendo acabar
Nossa aposentadoria.

Se o Brasil hoje tem dívida
Se o país tá devedor
Não queiram pelo descaso
Culpar o trabalhador
Por ganância e covardias
Pra sustentar regalias
Pream a lei da indolência
Pelos mãos de quem oprime
Querem praticar o crime
De matar a previdência.

Não há razão pra tamanha
Injustiça e estupidez
O projeto da reforma
É crime de insensatez
Exploração aos pequenos
Quem ganha mais, paga menos
É ação injusta e falha
Impossível suportar
Cada vez querem tirar
Mais suor de quem trabalha.
Não é reforma é um crime
Que só favorece os nobres
A mão que protege os ricos
Bate com força nos pobres...
Haverá mais consequência
Se não houver resistência

Que a luta é a única forma
De mostrar pra essa gente
Que o povo unido é valente
E não aceita a Reforma
É desumano querer
De jeito injusto e maldoso
Tirar quarenta por cento
Do salário de um idoso
E sobre a pensão por morte
A reforma faz um corte
Que o salário se deforma
Contra essa ação dura e bruta
Somente através da luta
Se combate essa Reforma.

Somente a força do povo
Num momento histórico e raro
Pode soltar o seu grito
E mostrar pra Bolsonaro
Tirar direitos da gente
Não é um papel decente
Mas é função de um canalha
O povo não se conforma
Ninguém aprova a reforma
Que maltrata quem trabalha.

Mas vamos ficar atentos
Deputados, senadores
Pra saber quais de vocês
São contra os trabalhadores
A lei do voto é mais forte
E a gente vai dá um corte
Em quem não nos representa
Contra essa Reforma bruta
Ou a gente entra na luta
Ou ninguém mais se aposenta”.

Rariosvaldo Oliveira

Natal - 22 de março

1. Apresentação

Esta cartilha é um esforço realizado a muitas mãos para organizar uma coletânea sobre a Previdência e os impactos da PEC 006/2019 na vida de milhões de brasileiros. Com este material e outros tantos queremos ajudar a construção de comitês domésticos e em locais de trabalho que ajudem a organizar as pessoas contra a reforma, o pior ataque em décadas à Previdência Social.

Infelizmente, a propaganda pró-reforma é diuturna. Se o governo Bolsonaro tem um lado de despreparo e de brigas internas criadas pela própria inabilidade do governo, por outro a unidade burguesa na ideia de desmontar os direitos sociais do povo é uma realidade. Desconstruir os argumentos falaciosos e construir a luta popular antirreforma da previdência é fundamental. Nossos mandatos estão mobilizados para ajudar a alterar a correlação de forças para o lado dos trabalhadores.

O primeiro passo é dissecar o texto e as implicações na vida real dos trabalhadores. A desconstitucionalização da reforma, retirando a Previdência Social dos direitos conquistados na Constituição



**Fernanda Melchionna
Deputada Federal (PSOL/RS)**

Cidadã de 1988, permite que o governo, por lei complementar, siga tirando direitos sociais com mais facilidade de tramitação no Congresso Nacional.

Na verdade, esta reforma significará que as pessoas trabalharão mais para se aposentar e receberão menos. Mais trabalho, menos aposentadoria. Sem contar a introdução do regime de capitalização no texto, onde a contribuição é definida, mas o benefício não. Significa a entrega da poupança dos trabalhadores para a mão dos banqueiros,

como aconteceu no Chile, levando a média da aposentadoria ficar em 38% do salário da ativa.

A tão falada “economia” de R\$ 1 trilhão de reais será nas costas dos mais pobres atacando o Regime Geral de Previdência (que tem um média de R\$ 1.300 reais de aposentadoria média) e os benefícios como BPC.

Além de ser uma reforma antipopular, ainda é profundamente machista ao diminuir a diferença de idade entre homens e mulheres. Na prática, isso revoga um dos poucos dispositivos que reconhece a divisão sexual do trabalho, a diferença salarial entre homens e mulheres para a mesma função e o tempo dispendido pelas mulheres para o trabalho doméstico, que ainda é dito como feminino. Imaginem o impacto de 10 anos a mais de trabalho na vida de uma professora? Ou a necessidade de contribuição formal de 20 anos para uma trabalhadora doméstica, que ainda sofre com a informalidade? São

impactos brutais na vida delas.

Nós temos propostas concretas para garantir a previdência pública, taxando os mais ricos. Seja na cobrança dos sonegadores do INSS, seja na tributação justa aos que ganham mais.

Recentemente, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), apresentou a proposta de

O jogo do governo é criar um novo filão aos bancos e fazer com que as pessoas trabalhem quase até morrer além de diminuir seus salários.

uma nova alíquota do Imposto de Renda para quem ganha mais de 40 salários mínimos. Isso arrecadaria bem mais aos cofres públicos para financiar a Seguridade Social. Entretanto, o jogo do governo é criar um novo filão aos bancos e fazer com que as pessoas trabalhem quase até morrer, além de diminuir seus salários.

Para isso, o governo joga com a desinformação e com a confusão. Infelizmente, essa é uma marca que prima na história recente do país. A crise econômica e a crise de representação gerou um vazio, em que o filho mais podre



do próprio sistema político se vendeu como antissistema.

Sua agenda ultraliberal na economia e reacionária nos costumes piorará ainda mais a vida do nosso povo, que já sofre em um dos países mais desiguais do mundo. Bolsonaro quer aproveitar seu capital político pós-eleitoral para impor uma das piores derrotas à classe. E para isso, trabalha com todas as suas forças, atacando os sindicatos com MP 873/19, usando da Força Nacional de Segurança na Esplanada dos Ministérios durante o acampamento indígena Terra Livre e fazendo tentativas e atropelos no Congresso Nacional para votação da PEC 006/2019.

Entretanto, isso expressa o medo de que o movimento de massas se organize para lutar por direitos. Já iniciamos nossa jornada contra a reforma no Dia Internacional das Mulheres e logo depois no dia 22 de março, realizamos um ensaio geral de resistência. Mas precisamos de mais força ainda para emparedar

o Congresso e derrotar a reforma. O calendário unificado das centrais é mto importante e precisamos aumentar a temperatura e pressão com vistas à construção de uma greve geral no país. Bancas, comitês domésticos, palestras, mobilizações: todos os expedientes serão necessários para enfrentar a PEC 006/2019!

Para ajudar na luta, divulgamos em nosso site uma calculadora (utilizando dados do Dieese), em que qualquer pessoa pode fazer o cálculo para saber como a Reforma da Previdência, caso aprovada, impactará no seu direito à aposentadoria.

Confira lá e conte conosco nesta luta!



www.fernandapsol.com.br/previdencia



e.v.

2. Bolsonaro quer acabar com a aposentadoria dos brasileiros.

No Brasil, quem recebe a aposentadoria pelo INSS ganha em média R\$ 1.300, pouco mais de um salário mínimo. Mas o governo Bolsonaro quer tentar convencer a população de que a previdência está quebrada por culpa dos trabalhadores. Seu governo quer acabar com a previdência pública e mudar a natureza do regime solidário conquistado com muita luta pelos trabalhadores.

A “nova” previdência de Bolsonaro quer:

- aumentar a idade mínima para se aposentar;
- aumentar o tempo de contribuição;
- dificultar o acesso aos benefícios;
- diminuir o valor das aposentadorias;
- instituir o regime de capitalização, que nada mais é do que um “cada um por si”;
- retirar da Constituição a garantia de aposentadoria digna.

O governo vende a ideia de que

a população está envelhecendo mais do que a Previdência Social pode suportar e que, num futuro breve, o pagamento das aposentadorias será impraticável. A “nova” Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes, o ministro da economia que governa para os bancos, viria para combater privilégios. Será que isso é verdade?

3. Como funciona o sistema de previdência no Brasil?

A Previdência Social está contida no Capítulo II da Constituição Federal, que compreende um conjunto de ações do poder público e da sociedade para assegurar o direito à saúde, à aposentadoria e à assistência social.

Nosso sistema previdenciário é conhecido como Regime de Repartição, baseado na solidariedade. Na prática, quem está trabalhando hoje paga a previdência dos aposentados e o governo arca com eventuais insuficiências. Dentro desse sistema há dois regimes funcionando: o chamado Regime Geral, que inclui os trabalhadores (urbanos e rurais) vinculados ao INSS e os regimes próprios dos servidores públicos civis e militares.

A primeira manobra que os governantes e a grande imprensa utilizam é fazer um cálculo distorcido. Isolam os gastos da Previdência do conjunto de gastos da Seguridade Social. Contribuições sociais como PIS, Cofins e a CSLL, que são quem financiam de verdade a previdência, muitas vezes são renunciadas, desoneradas ou simplesmente sonegadas como veremos a seguir.

4. De que déficit estamos falando?

Em campanha para aprovar a reforma, o governo divulgou que, em 2017, a Previdência teria chegado a um déficit recorde de R\$ 292 bilhões. Quando vamos analisar os “déficits” eles apresentam a seguinte composição:

Previdência Social: “déficits” apurados em 2017

REGIME	TIPO	CUSTO (R\$ BILHÕES)
Regime Geral	RURAL	110,7
	URBANO	71,7
Regimes Próprios	CIVIL	48,8
	MILITAR	38,7

Fonte: Raio X do Orçamento – Câmara dos Deputados

À primeira vista, apenas olhando o quadro, poderíamos chegar à conclusão de que os trabalhadores rurais são os principais responsáveis pelo “rombo” da Previdência. No entanto, segundo relatório do Tribunal de Contas da União, a sonegação dos empregadores do regime rural chega a 70%.

Até 2016, o sistema operou sem nenhum déficit, arrecadava mais do que gastava. É verdade que há inúmeras distorções no sistema previdenciário que precisam ser corrigidas, mas nenhuma delas referem-se à sustentabilidade do sistema.

Por exemplo, os servidores militares são em pequeno número, possuem um tempo de serviço baixo, recebem o salário integral com 30 anos de serviço e reduzem o percentual da contribuição (7,5%), ao mesmo tempo são responsáveis por R\$ 38,7 bilhões do déficit, segundo os cálculos do próprio governo. O déficit do regime próprio de Previdência (servidores da União), incluindo os militares, é 14 vezes superior ao do INSS. O regime próprio beneficia cerca de 1 milhão de servidores, com déficit em 2016 de R\$ 77,1 bilhões, enquanto o INSS atende cerca de 29 milhões de aposentados e pensionistas, com déficit de



R\$ 149 bilhões no ano passado.

O regime geral de previdência social (INSS) tem um valor médio de R\$ 1.277,12, que significa 0,34% a mais que um salário mínimo, segundo os dados do Boletim de Estatísticas da Previdência Social¹. Com um valor tão baixo concedido para a grande maioria dos aposentados brasileiros, somos obrigados a nos perguntar: quem são, então, os responsáveis pelo déficit que o governo apresenta?

5. Os verdadeiros responsáveis

Segundo a Ong Repórter Brasil², a maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária.

As empresas públicas e privadas que devem ao INSS são, sem dúvida, as principais responsáveis pelo “déficit”, mas cabe dizer que a alta taxa de sonegação

As 20 empresas que mais devem para a Previdência Social (em milhões de reais)

1^a	Varig	3.713
2^a	JBS	1.837
3^a	Vasp	1.683
4^a	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582
5^a	Banco Comercial Bancesa	1.418
6^a	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219
7^a	Marfrig	811
8^a	Instituto Candango de Solidariedade	700
9^a	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648
10^a	Águas e esgotos do Piauí	585
11^a	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564
12^a	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550
13^a	Prefeitura Municipal de São Paulo	549
14^a	Caixa Econômica Federal	549
15^a	Teka (em recuperação)	531
16^a	Dedini (em recuperação)	500
17^a	Gazeta Mercantil	484
18^a	Eucatur	480
19^a	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475
20^a	Banco Bradesco	465

Fonte: ANFIP, 2017.

não acontece à revelia dos governos. Há uma opção política por não fiscalizar. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), “Ano a ano, a Receita sofre com reduções

expressivas no orçamento, falta de concursos para recomposição de quadros, redução gradativa no pessoal especializado e sobrecarga de trabalho”. De acordo com dados do sindicato, existem 9,7 mil auditores fiscais (para

fiscalizar todos os desvios, não apenas previdenciários), enquanto estima-se a necessidade de 20 mil auditores.

Para além da sonegação, há também uma deliberada irresponsabilidade do próprio governo no rombo. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais (ANFIP, 2018), o impacto da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e das renúncias tributárias, totalizaram uma perda para a Seguridade Social de R\$ 113 bilhões em 2017. Como demonstrado no gráfico

da próxima página, as desonerações aumentaram justamente

O tamanho da sonegação

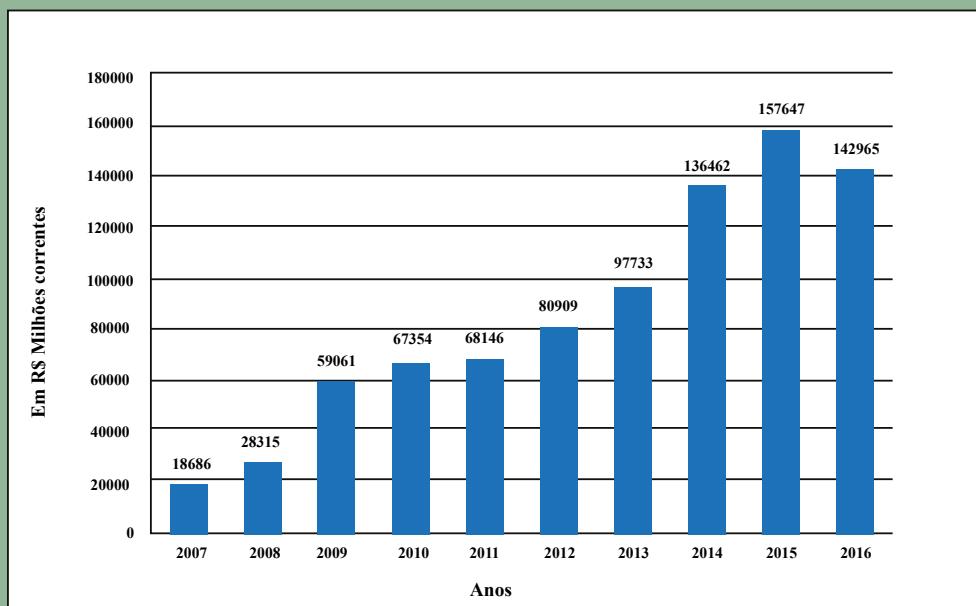
O INSS deixou de arrecadar pelo menos **R\$ 30,4 bilhões** em 2015 por sonegação e inadimplência.

Esse valor representa um terço do chamado déficit da Previdência, que em 2015 foi de R\$ 85 bilhões.

Fonte: Sinait e relatório de Execução Orçamentária do Tesouro Nacional



Total de desonerações da Receita da Seguridade Social (em R\$ milhões correntes)



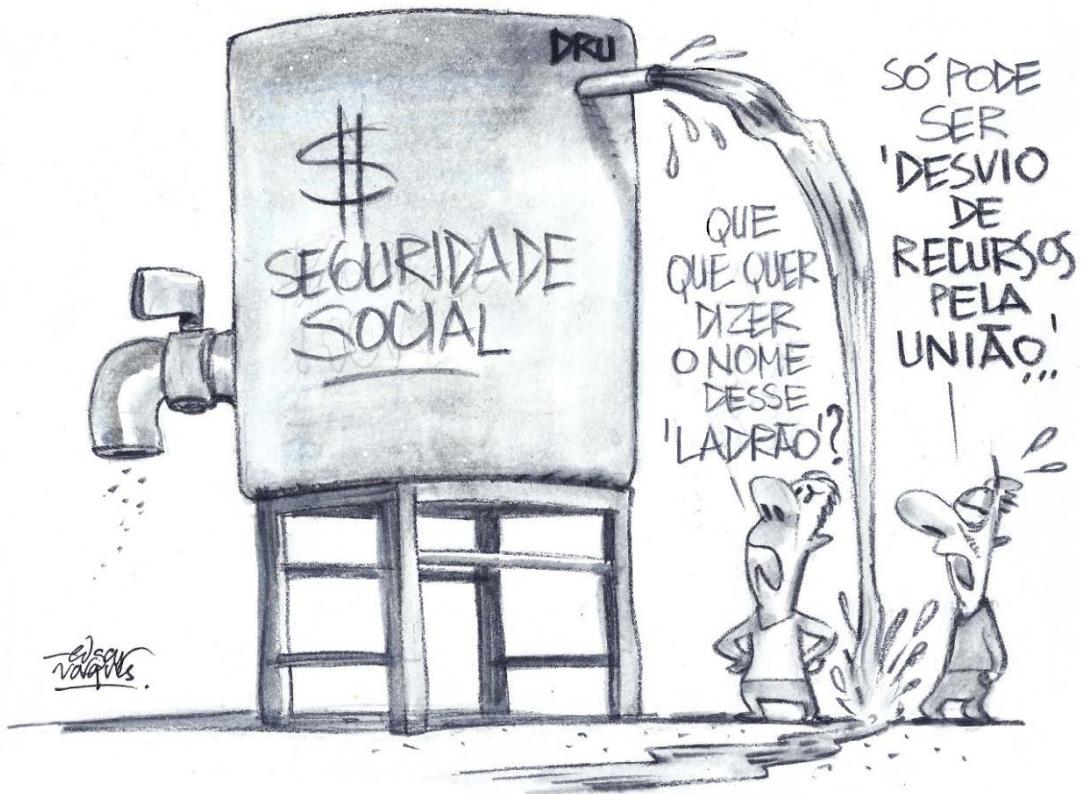
Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários. PLOA [projeções] e Relatório de Bases Efetivas.

no período em que começou a crise econômica, ou seja, quando a arrecadação do Estado naturalmente já seria menor.

A DRU, que também não é computada pelo governo no cálculo do déficit, foi instituído em 1994 e permite que o governo aplique parte do seu orçamento onde desejar. Até 2015, este percentual era de 20%, após a aprovação da PEC 31/2016, 30% das contribuições sociais são

desviadas para outros fins, antes mesmo de chegar à Seguridade Social, o que além de impactar a Previdência, também impacta a Saúde e a Assistência Social.

De acordo com a Anfip (2018)³, a DRU é o instrumento mais significativo de confisco das receitas da Seguridade Social: “Já em vigor a alíquota majorada de 30% de desvinculação, a partir de 2016, a DRU alcançou a casa de R\$ 100 bilhões de recursos



subtraídos. (...) Em 2016, eles somaram R\$ 99 bilhões e, em 2017, R\$ 113 bilhões. Entre 2013 e 2015, esses valores giravam em torno de R\$ 63 bilhões, ao ano”.

De maneira demagógica, a reforma da Previdência do governo Bolsonaro propõe o fim da DRU. Mas, diferente do que parece, não é para dar mais responsabilidade ao governo. Há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que

está prontinho para ser votado logo após a aprovação da Reforma. É a PEC 293/2004, apelidada de “Mini Reforma Tributária”, que muda a natureza tributária da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). Ela deixaria de ser uma contribuição que, pela lei tem uma destinação específica, e se tornaria um imposto cuja arrecadação pode usada pelo governo onde quiser.

O que é a DRU?

(Desvinculação das Receitas da União)

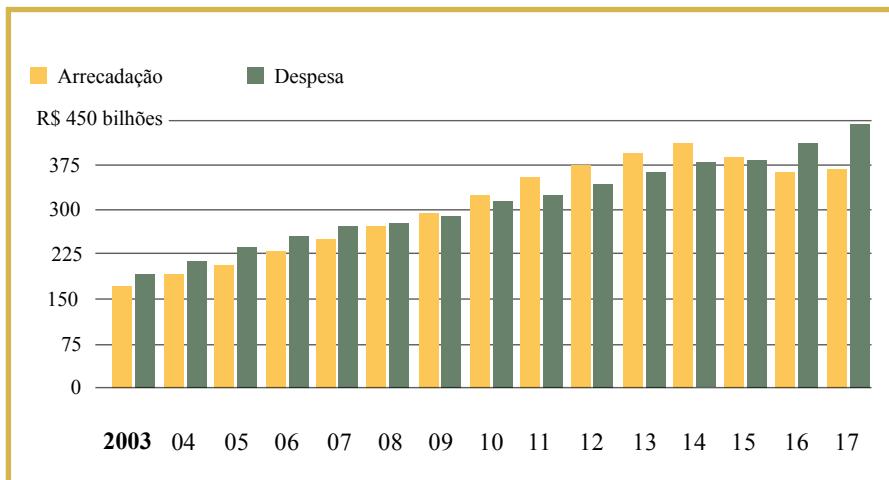
- É um mecanismo que permite ao governo aplicar parte de sua arrecadação onde desejar.
- A DRU retira, hoje, 30% das arrecadações com contribuições sociais.
- Em 2015, R\$ 61 bilhões saíram da Seguridade para outros fins, como o pagamento de juros da dívida pública.
- O governo afirma que a DRU, no final das contas, não tem efeito, já que o Tesouro devolve dinheiro à Seguridade para arcar com seus gastos obrigatórios, como o pagamento de aposentadorias, por exemplo.
- Na prática, a DRU aumenta o déficit da Seguridade.

6. A maior das mentiras: “O Brasil precisa de uma Reforma da Previdência para voltar a crescer”

Observe o gráfico da próxima página. Ele representa o resultado entre receitas (barra amarela) e despesas (barra verde) da Previdência dos trabalhadores urbanos ano a ano⁴. Repare que as despesas foram maiores do que as receitas entre 2003 e 2007 e entre 2016 e 2017⁵. Por que isso acontece? Esses foram períodos de menor

atividade econômica, quando o desemprego e a informalidade aumentam. Em períodos assim, menos pessoas podem contribuir para a Previdência, mas os aposentados não deixam de receber seus benefícios. Com essa observação, já é possível desmontar um dos principais argumentos do governo: o de que a Previdência teria um déficit que cresce ano a ano devido ao envelhecimento da população. Nem sempre a Previdência foi deficitária e, quando foi, isso ocorreu em função da conjuntura econômica e não da demografia.

Previdência dos trabalhadores urbanos (em bilhões de reais)



Fonte: Secretaria de Previdência

*Valores corrigidos pelo INPC em dezembro de 2017

Do mesmo modo, foi a crise econômica que gerou o déficit e não o contrário, como argumentam muitos economistas apoiadores da Reforma.

Outro absurdo repetido pelo governo é o que a Reforma da Previdência faria o Brasil crescer pois reduziria a dívida pública e retomaria a confiança dos investidores. Na verdade, a Reforma reduz a renda de milhões de brasileiros ao dificultar o acesso à aposentadoria e reduzir o valor dos benefícios. Considerando que a maioria desses brasileiros são pessoas que não ganham o suficiente para poupar, a queda na renda causa

diretamente a redução no consumo. Como os empresários não investem mais ou menos em função de sua “confiança” no governo, mas em função da capacidade de vender seus bens e serviços, a queda no consumo significa diminuição dos investimentos e, por consequência, aumento do desemprego e informalidade. Como vimos, mais desemprego e informalidade significa aumento do déficit da Previdência. Portanto, a Reforma agravaria a crise econômica e o déficit da Previdência. Longe de ser o remédio, ela é o próprio veneno que causa a doença.

7. Expectativa de vida maior? De quem?

O argumento público “malandramente” utilizado para justificar a necessidade da reforma é demográfico, ou seja, a explicação para tal diferença entre arrecadação e despesa seria porque há um aumento da expectativa de vida e, portanto, um gasto maior. O que eles não podem dizer é que o aumento da expectativa de vida é uma média (75,2 anos segundo o IBGE) e não corresponde às especificidades regionais e socioeconômicas do país. Por exemplo, enquanto estados como Rio Grande do Sul, São Paulo ou Distrito Federal têm uma expectativa média entre 77 e 78 anos, nos estados mais pobres como Alagoas, Roraima e Maranhão, a expectativa não ultrapassa os 70 anos de idade. Pesquisas recentes feitas entre áreas centrais e periféricas demonstram uma diferença de mais de 20 anos

Média da expectativa de vida: não ultrapassa 70 anos



Média da expectativa de vida: entre 77 e 78 anos

de expectativa de vida entre moradores de bairros ricos do país e de comunidades pobres. Pela reforma de Bolsonaro e Guedes, moradores de bairros como o Jardim Ângela em São Paulo jamais chegariam a se aposentar, pois sua expectativa é inferior aos 60 anos⁶.

Em um bairro como a Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, um morador do sexo masculino teria menos de cinco anos de vida para aproveitar sua aposentadoria, pois a expectativa é de menos de 70 anos⁷. No Rio de Janeiro, enquanto uma pessoa que mora na Gávea ou no Leblon vive em média cerca de 80 anos, uma pessoa do Complexo do Alemão ou de Acari não chega aos 65 anos de idade, portanto, literalmente trabalharia até morrer, se aprovada a Reforma da Previdência de Bolsonaro.

13 milhões de desempregados

11 milhões de trabalhadores

sem carteira assinada

(IBGE 2018)

milhões de trabalhadores sem carteira assinada e quase 5 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego, de acordo com dados do IBGE deste ano.

Ou seja, apenas por essa conta simples, é possível observar que quase 30 milhões de brasileiros em idade ativa não estão contribuindo para a Previdência. Não faz sentido falar em “envelhecimento da população” enquanto houver esse enorme contingente de adultos jovens capazes de trabalhar sendo subaproveitados. Do mesmo modo, o envelhecimento da população poderia ser compensado pelo aumento dos salários e da produtividade dos trabalhadores em idade ativa.

O argumento de que o número de ativos em relação a inativos estaria caindo também não se sustenta com base em projeções demográficas. O que o governo diz é que, com o envelhecimento da população, há um número cada vez menor de adultos contribuindo para a Previdência e um número cada vez maior de aposentados. Entretanto, o ritmo dessa transição demográfica é lento e seu impacto é muito exagerado pelos defensores da reforma. O que realmente impactou as contas da Previdência foi o aumento do desemprego e da informalidade.

Existem hoje no Brasil 13 milhões de desempregados, 11

Façamos uma alegoria: quando observamos uma família, não perguntamos quantos adultos em idade ativa e quantos dependentes existem nela para julgarmos se essa família é rica ou pobre, mas se o rendimento dos economicamente ativos é suficiente para bancar as despesas deles próprios e dos dependentes. O mesmo acontece com a Previdência. O envelhecimento da população não é essa catástrofe

que pintam os defensores da Reforma, desde que o Brasil tenha um desenvolvimento econômico adequado para esse novo desafio.

8. O Regime de Capitalização é melhor ou pior?

O modelo de capitalização proposto pelo ministro Paulo Guedes não é nenhuma novidade. Aqui na América Latina, os países que operam nesse sistema são México, Colômbia, Peru e Chile. Décadas depois de realizarem reformas que, via de regra, substituíram sistemas públicos de Previdência por outros total ou parcialmente privatizados, cada um dos quatro países se deparou com um grande problema: ou o valor dos benefícios recebidos pelos aposentados era muito baixo ou o alcance do sistema se revelou muito restrito, o que deixaria um percentual significativo da população sem aposentadoria no futuro. O chamado “pilar solidário” é componente importante, especialmente em países com altos níveis de informalidade, para evitar pobreza na terceira idade.

**No Chile,
as pessoas
colocam
10% do seu
salário
todo mês
no banco
e o patrão
não dá um
centavo.**

A experiência chilena foi a pioneira com as chamadas AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão) que foram aprovadas em 1981. Este modelo não deu certo. No Chile, as pessoas colocam 10% do seu salário todo mês no banco e o patrão não dá um centavo. Quando se aposentam, em sua maioria, recebem menos de um salário mínimo. Isso quando

o banco não quebra e leva a aposentadoria inteira. Por conta desse desastre, hoje o Chile amarga um dos maiores índices de suicídios entre idosos. Os bancos agradecem. Hoje o Sistema de Capitalização chileno tem cerca de 10 milhões

de filiados e mais de 170 bilhões de dólares aplicados em bolsas de valores como a de Londres e a de Frankfurt⁹.

Além disso, é preciso considerar que a transição entre o regime de repartição (vigente hoje em dia) para o regime de capitalização gera custos enormes para o Estado. No regime de repartição, cada

trabalhador ativo contribui para bancar a aposentadoria dos inativos, assim como será bancado pelas futuras gerações. Já no regime de capitalização, cada trabalhador faz uma espécie de poupança individual que sustentará sua própria aposentadoria no futuro.

Quando há a transição de um regime para outro, os trabalhadores inseridos na capitalização deixam de contribuir para a aposentadoria dos inativos pois agora contribuem apenas para sua própria poupança. A perda dessas contribuições é compensada pelo Estado e é chamada de “custos de transição” – que são altíssimos. Trinta e sete anos após ter adotado o regime de capitalização, o Chile ainda gasta o equivalente a 2,5% do PIB anualmente com custos de transição¹⁰. O governo esconde o cálculo de quanto seria esse custo no

caso do Brasil, mas alguns economistas estipulam que ele pode ser maior do que o do Chile. Assim, cai por terra o discurso do governo de que o objetivo da Reforma da Previdência é cortar gastos para o Brasil não ir à falência.

9. Contra os privilégios?

O governo diz que a “Nova” Previdência é para combater privilégios. Mas quando analisamos a proposta vemos que dos R\$ 1,072 trilhão que Guedes quer poupar em 10 anos, mais de 800 bilhões (80%) vão sair da aposentadoria dos mais pobres, que recebem até dois salários mínimos.

A maldade de Bolsonaro e Guedes parece não ter fim. O projeto de reforma da previdência prevê que quem tiver mais de 60 anos e

Estimativa de Impacto da “Nova” Previdência

Impacto Líquido (R\$ bi de 2019)	10 anos	20 anos
Reforma do RGPS	715	3.449,4
Reforma no RPPS da União	173,5	413,5
Mudanças das alíquotas no RPPS da União	29,3	45,2
Mudanças das alíquotas no RGPS	-27,6	-61,9
Assistência Física e Focalização do abono salarial	182,2	651,2
TOTAL	1.072,4	4.497,4

Fonte: PEC 06/2019

for considerado miserável vai receber R\$ 400, e não mais um salário mínimo como é hoje. Muitas vezes esta é a única renda que a família tem, mas eles não estão preocupado com a vida das pessoas, apenas com seus lucros. A prova de que Bolsonaro não está preocupado em combater privilégios é que ele próprio acumula duas aposentadorias que juntas somam mais de R\$ 50 mil.

Para desviar a atenção desse absurdo, o governo propôs reduzir a alíquota de contribuição para o INSS das camadas salariais mais baixas - de 8% do salário, para 7,5%. Com isso, afirma demagogicamente que “quem ganha menos pagará menos”. Acontece que, considerando que o salário mínimo atualmente está em pouco menos de R\$ 1.000 reais, essa economia representa, na prática, cerca de R\$ 5 reais a mais nas contas desses trabalhadores. Essa modesta economia de modo algum compensa as perdas que a alteração nas regras de cálculo dos benefícios causará aos futuros aposentados.



10. A Reforma da Previdência é machista

A reforma de Bolsonaro e Guedes iguala mulheres a homens em quase todos os seus itens, desprezando a histórica opressão à qual as mulheres estiveram – e ainda estão – sujeitas. Quando se iguala desiguais se comete uma injustiça.

De acordo com o Dieese¹¹, mesmo tendo avançado nos últimos anos, o envolvimento das mulheres na atividade produtiva é menor do que o dos homens. De acordo com dados da PNAD Contínua, no 4º trimestre de 2018, a participação dos homens no mercado de trabalho era de 71,5% e, das mulheres, de 52,7%. Além disso, o salário dos homens é quase 30% maior que o das mulheres, mesmo considerando-se trabalhos formais e informais.

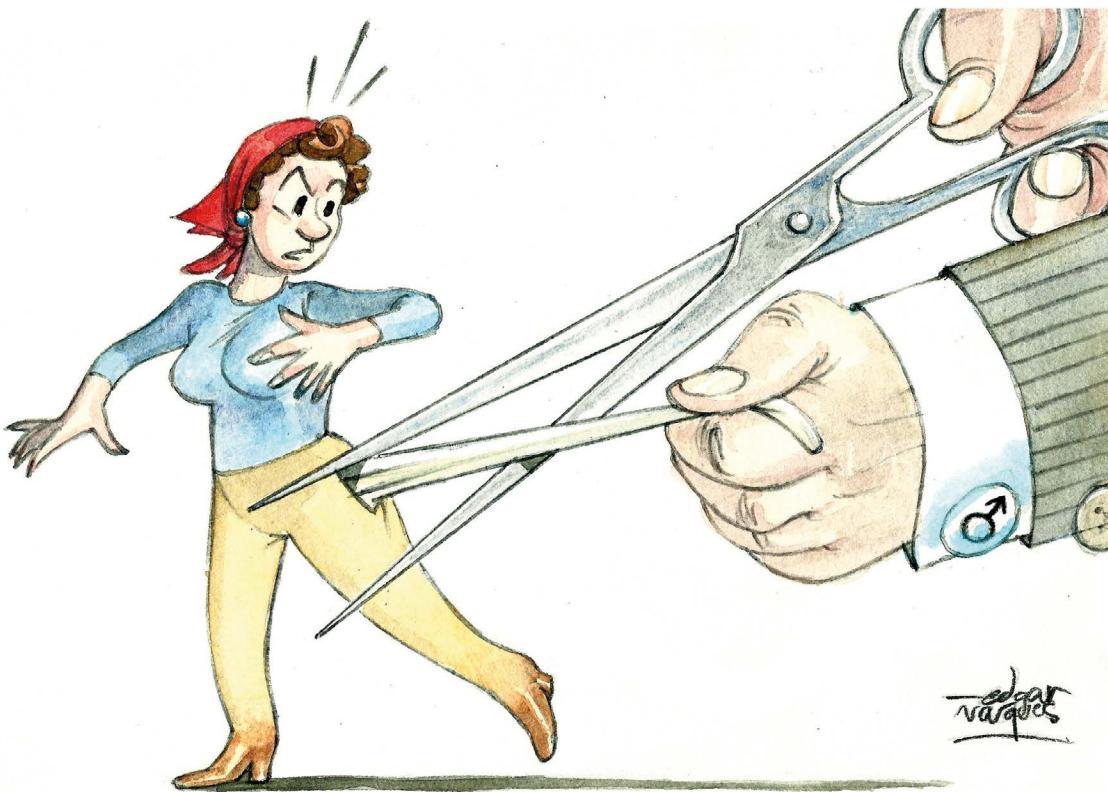
O salário médio recebido pelas mulheres era de R\$ 1.875,30, enquanto o dos homens era de R\$ 2.415,50. E nas atividades onde as mulheres são maioria, como educação, saúde e serviços sociais, a diferença é ainda mais absurda: a remuneração média das mulheres era de R\$ 2.590,10, enquanto a dos homens era de R\$ 4.331,40. Importante marcar que mesmo

entre as mulheres, há grandes desigualdades em razão da dupla discriminação no mercado de trabalho sofrida pelas mulheres negras. O rendimento médio das mulheres brancas era 70,5% maior que o das mulheres negras.

O desemprego entre as mulheres também é superior ao dos homens. Em 2018, a desocupação feminina foi de 13,5%, enquanto a masculina foi de 10,1%. Entre as mulheres jovens, quase um terço estava desempregada. Além disso, das mulheres empregadas

quase metade (47%) das que estavam inseridas no mercado de trabalho não tinham carteira assinada, o que dificulta ainda mais a contribuição previdenciária. Ainda, das cerca de 41 milhões de mulheres dentro do mercado de trabalho, cerca de 14 milhões não contribuíam para a Previdência e 35% das que estavam trabalhando ganhava apenas um salário mínimo e, destas, 64% não contribuíam para a Previdência.

Nesse quadro extremamente desigual, a Reforma da Previdência



aumenta para 62 anos a idade mínima e 40 anos o tempo de contribuição. As professoras, por exemplo, que hoje podem se aposentar com 25 anos de contribuição, agora terão de trabalhar por 30 anos e até os 60 anos de idade (no mínimo), sendo que mesmo com regras de transição para as atuais trabalhadoras, há casos em que se exigirá mais sete anos de trabalho para quem está prestes a se aposentar.

No meio rural é ainda mais cruel. A Reforma acaba com a diferença

A redução do valor das pensões por morte, aposentadoria por invalidez e dos benefícios da assistência social irão afetar especialmente as mulheres.

entre mulheres e homens e exige idade mínima de 60 anos e 20 anos de contribuição ininterrupta para ambos, ignorando os efeitos da entressafra, quando não se colhe nada e portanto não há renda nem emprego. Na prática, as mulheres terão de trabalhar talvez o dobro, ou até mais. Além disso, a redução do valor das pensões por morte, aposentadoria por invalidez e dos benefícios da assistência social irão afetar especialmente as mulheres.

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	
Regras atuais	Regras transitórias da PEC 6/2019
<p>Aposentadoria por idade: Mulheres: 60 anos + 15 anos de contribuição Homens: 65 anos + 15 anos de contribuição</p> <p>Aposentadoria por tempo de contribuição (com fator ou 86/96): Mulheres: 30 anos de contribuição Homens: 35 anos de contribuição</p>	<p>Aposentadoria por idade: Mulheres: 62 anos + 20 anos de contribuição Homens: 65 anos + 20 anos de contribuição</p> <p>Aposentadoria por tempo de contribuição</p> <p>Extinta</p>
Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs)	
<p>Aposentadoria por tempo de contribuição e idade: Mulheres: 55 anos + 30 anos de contribuição Homens: 60 anos + 35 anos de contribuição Ambos: 10 anos de serviço público + 5 anos no cargo</p> <p>Aposentadoria compulsória: Mulheres e homens: 75 anos <small>Fonte: Dieese</small></p>	

11. As maldades da Reforma

Aposentadoria por tempo de contribuição

Como é

Na regra atual, há essa possibilidade de aposentadoria.

Homens: 35 anos de contribuição

Mulheres: 30 anos de contribuição.

Como Bolsonaro quer

Segundo a proposta do governo, não haverá mais a possibilidade de aposentadoria somente por tempo de contribuição.

Aposentadoria por idade - aumento da idade mínima e tempo de contribuição

Como é

Homens: 65 anos

Mulheres: 60 anos

+ 15 anos de contribuição para ambos os sexos.

Como Bolsonaro quer

Aumento da idade mínima

Homens: 65 anos

Mulheres: 62 anos

Os trabalhadores terão que contribuir, no mínimo, 20 anos para obter apenas 60% do benefício. Para obter a integralidade, deve contribuir por 40 anos.

BPC para idosos

Como é

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o amparo assistencial de um salário mínimo pago ao idoso a partir de 65 anos que tenha renda por pessoa do grupo familiar inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo).

Como Bolsonaro quer

No caso do idoso, aumenta a idade para recebimento do salário mínimo para 70 anos, podendo receber um pequeno paliativo de R\$ 400 a partir dos 60 anos.

Cálculo de benefício considerará 100% das contribuições

Como é

Hoje a regra é a utilização da média das 80% maiores contribuições, justamente para retirar do cálculo os primeiros salários, que costumam ser menores.

Como Bolsonaro quer

A PEC muda o cálculo para a contabilização de 100% das contribuições para o cálculo da média.

Aposentadoria rural

Como é

A regra atual é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens. Basta a comprovação da atividade por 15 anos.

Como Bolsonaro quer

Aumentar a idade mínima para as mulheres em 5 anos, consolidando 60 anos para ambos os sexos. Ao invés da comprovação da atividade, necessita contribuição de R\$ 600 anuais por 20 anos.

Pensão por morte

Como é

A regra atual estabelece que a pensão por morte é de 100% do salário de benefício.

Como Bolsonaro quer

Propõe a redução para apenas 60%, adicionando mais 10% por dependente, até o limite de 100%.

Para servidores públicos - RPPS

Como é

Por tempo de contribuição

Idade mínima: 55 (mulher) e 60 (homem).

Tempo mínimo de atividade: 30 anos (mulher) e 35 (homem), sendo 10 de tempo de serviço público e 5 no cargo.

Por idade

Idade mínima: 60 (mulher) e 65 (homem)

Tempo mínimo de atividade: não há

Como Bolsonaro quer

Só existirá aposentadoria por idade, acabando com a aposentadoria por tempo de contribuição.

Idade mínima: 62 (mulher) e 65 (homem)

Tempo de contribuição: 25 anos, sendo 20 de tempo no serviço público e 5 no cargo.

Professoras e professores

Como é

Do setor privado

Idade mínima: não há

Tempo de contribuição: 25 anos (mulher) e 30 (homem)

Do setor público

Idade mínima: 50 (mulher) e 55 (homem)

Tempo mínimo de atividade: 25 anos (mulher) e 30 (homem), sendo 10 de tempo no serviço público e 5 no cargo

Como Bolsonaro quer

Só existirá aposentadoria por idade, acabando com a aposentadoria por tempo de contribuição.

Do setor privado

Idade mínima: 60 anos para todos.

Tempo de contribuição: 30 anos

Do setor público

Idade mínima: 60 para todos.

Tempo de contribuição mínima: 30 anos para todos, sendo 10 de tempo no serviço público e 5 no cargo.

Policiais Civis, Federais e Agentes Penitenciários e Socioeducativos

Como é

Não há idade mínima.

Tempo de contribuição

Homens: 30 anos, com 20 de exercício na atividade.

Mulheres: 25 anos, com 15 de exercício na atividade.

Como Bolsonaro quer

Idade mínima

55 anos para ambos os sexos.

Tempo de contribuição

Policiais Civis e Federais

Homens: 30 anos, com 25 anos de exercício na atividade.

Mulheres: 25 anos, com 20 anos de exercício na atividade

Agentes Penitenciários ou Socioeducativos

Homens: 30 anos, com 25 anos de exercício na atividade.

Mulheres: 25 anos, com 25 anos de exercício na atividade.

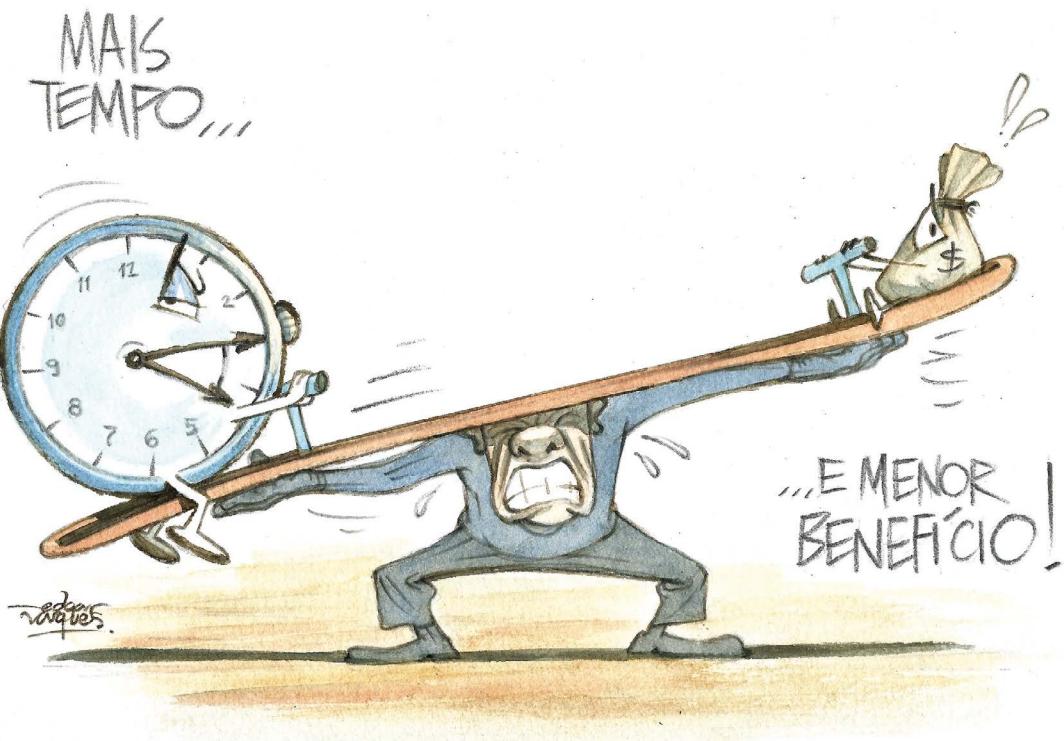
Aposentadoria por incapacidade permanente

Como é

Hoje a regra de cálculo de benefício representa 100% do salário de benefício.

Como Bolsonaro quer

Em casos em que não seja acidente de trabalho, a sua redução para 60%, adicionando 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos.



12. Bolsonaro quer tirar da Constituição as garantias de aposentadoria digna

Um dos pontos mais perigosos da proposta do governo é a chamada “**desconstitucionalização da Previdência**”, nome difícil para dizer que as alterações que possam vir a ser feitas nas aposentadorias não passariam mais por mudanças na Constituição. Embora se saiba que, na prática, os governos vêm se esforçando ao longo dos anos para rebaixar os patamares mínimos, uma das garantias estabelecidas na Constituição de 1988 é a Previdência Social, com critérios definidos para a proteção de uma aposentadoria digna para a população. A proposta de Bolsonaro é ainda pior.

As regras apresentadas, por si só, transformam o futuro dos trabalhadores em uma velhice na miséria. No entanto, todas estas regras são meramente transitórias, pois tudo é remetido a uma revisão posterior a ser feita por Lei Complementar, e não mais por mudança na Constituição. Durante o texto, há 55 vezes menção a esta Lei Complementar futura, e esta sim irá determinar

como será a aposentadoria permanente. Mas por quê?

O motivo pelo qual se faz isso é claro: destruir o pacto social da “Constituição Cidadã”, tirando garantias da Constituição, que precisa de 3/5 dos parlamentares para aprovação (308 deputados e 49 Senadores), em dois turnos. A Lei Complementar precisa de maioria absoluta (257 Deputados e 41 Senadores), em turno único. Ou seja, diminui em cerca de 15% o número necessário de votos, o que facilitaria a vida de qualquer governo que queira arrachar ainda mais os direitos dos trabalhadores.

Veja quais são os direitos que são remetidos para uma Lei Complementar futura:

- Requisitos para acesso à aposentadoria;
- Cálculo de aposentadoria (benefícios);
- Tipos de benefícios;
- Formas de reajuste da aposentadoria;
- Aumento da idade mínima para se aposentar a cada aumento da expectativa de vida;
- Regime de capitalização de



caráter obrigatório sem contribuição do empregador;

- Aumento de faixas de contribuição;
- Formação de entidade para gerir fundo de previdência;
- Determinação de prazo aos Estados e Municípios para instituição de nova legislação própria;
- Contribuição extraordinária em caso de déficit.

13. A Reforma necessária para combater os verdadeiros privilégios

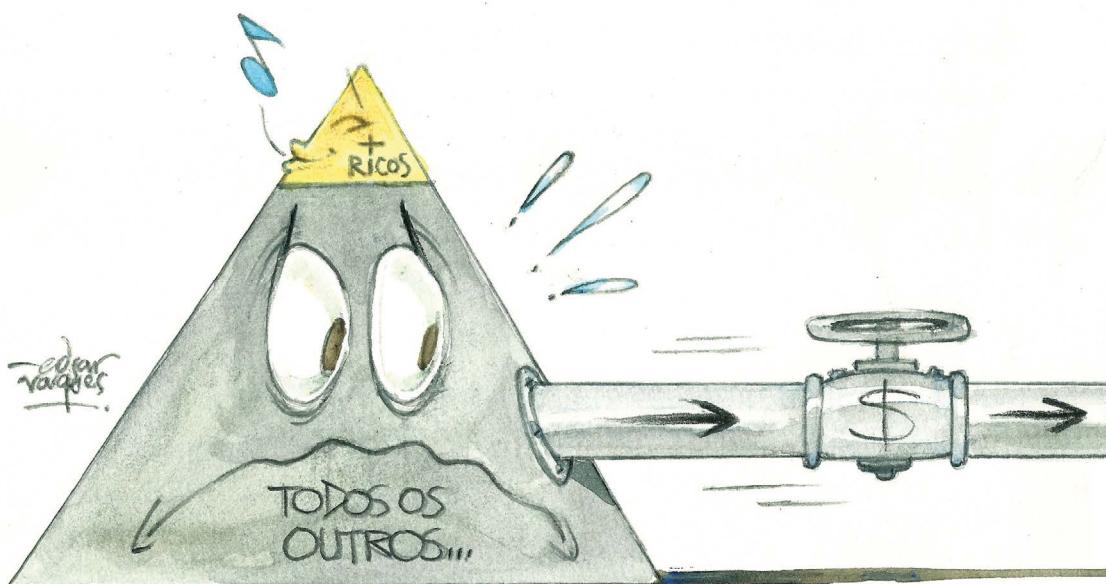
A desigualdade social é a principal marca do Brasil. Estudos realizados pela Ong Oxfam em 2017 com base nas pesquisas domiciliares revelam que o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Os trabalhos de pesquisa do *World Wealth and Income Database* revelam que em termos

de desigualdade, o Brasil é vice-campeão mundial, perdendo apenas para a África do Sul. Em nosso país, apenas 6 bilionários concentram a mesma renda que 100 milhões de brasileiros, ou seja, metade da população.

Qualquer proposta de reforma que realmente queira combater privilégios deve combater centralmente a desigualdade. No que se refere à Previdência Social, mais de um terço dos trabalhadores não contribui e não poderá ter qualquer proteção na velhice. Por isso, acreditamos que a maneira mais eficaz de combater a desigualdade não é atacar os direitos dos trabalhadores e os poucos avanços inscritos na Seguridade

Social. É preciso corrigir os enormes desequilíbrios que temos em termos de renda por meio de uma Reforma Tributária Solidária¹². O caso brasileiro se caracteriza por uma carga de impostos regressiva, como um Robin Hood ao contrário, tira dos pobres para dar aos mais ricos. Enquanto a carga tributária sobre a renda é de 21% e sobre o patrimônio é de 4,4%, os impostos sobre o consumo são de 49,7%, o que reproduz a desigualdade e enfraquece a possibilidade de financiamento de mecanismos de proteção social.

Em matéria do jornal Folha de São Paulo, de 20 de março de 2019, o então presidente da Fenafisco, Charles Alcântara, comentou o



levantamento feito em conjunto com a Anfip, no qual “sugerem que as alíquotas de Imposto de Renda para quem ganha mais de 40 salários mínimos mensais (cerca de R\$ 40 mil) subam de 27,5% para 35% e para 40% (no caso de rendimento mensal superior a 60

mínimos mensais)”. As mudanças de ordem tributária atingiriam um universo menor de pessoas (750 mil) e produziriam, segundo os cálculos das entidades, uma economia de R\$ 1,570 trilhão em dez anos, mais do que o previsto com a reforma da Previdência.



14. Como derrotar essa Reforma?

Frente a essa tentativa desastrosa de destruição da Previdência Pública, não podemos ficar parados. Precisamos derrotar os planos de Bolsonaro. Mas como podemos fazer isso?

Passo 1: leia o material

Leia a cartilha e procure nosso mandato se ficar com alguma dúvida, por meio das redes sociais ou nas regionais que estão indicadas aqui no material.



Passo 2: organize um local para reuniões

Procure um lugar onde você possa reunir pessoas para ler com você a cartilha. Pode ser um sindicato, o salão da igreja, uma escola, a associação de bairro ou até a sua casa, se tiver espaço.

Passo 3: convide pessoas para discutir e lutar contra a reforma

Convide os colegas de trabalho, os vizinhos, os colegas na escola ou na universidade para discutir a Reforma e como lutar contra ela.



Seja paciente. Assim como você, muita gente tem dúvidas sobre o tema. Ele é feito pra gente não entender mesmo. Tente usar uma linguagem fácil, explicar bem o que pode acontecer se essa reforma passar. Aprender é um processo coletivo. O que um não sabe outro pode saber, na maioria das vezes ouvir é mais importante que falar.

Passo 4: organize um calendário de ações contra a reforma!



Combine com o pessoal um calendário de ações. Vocês podem transformar as reuniões de vocês em um Comitê Doméstico de luta contra a reforma da Previdência que vai fazer parte da luta nacional. Passeatas, panfletagens, mobilizações e debates estão sendo organizados em todo país e, certamente, o comitê de vocês vai dar força para outras pessoas que ainda não entraram no movimento.

Passo 5: procure o PSOL e aliados para fortalecer a luta contra a reforma!

Procure aliados para lutar com você: sindicatos, associações, diretórios estudantis, grêmios, etc, que sejam contra a Reforma da Previdência, advogados que possam ajudar a tirar as dúvidas ou os militantes do PSOL que estão bem informados sobre o tema.





Entre em contato com o nosso mandato!

Nosso mandato está à disposição para ajudar a fortalecer a luta contra a reforma da Previdência. **Entre em contato com a gente!**



(51) 98925-0864

Notas e referências

1. <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/boletins-estatisticos-da-previdencia-social/>
2. Ver em: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/02/reforma-da-previdencia-ignora-r-426-bilhoes-devidos-por-empresas-ao-inss/>>
3. Análise da Seguridade Social 2017. ANFIP, outubro de 2018.
4. Utilizamos apenas a Previdência dos trabalhadores urbanos pois esta é a única de caráter contributivo. A Previdência rural não é contributiva, ou seja, os trabalhadores rurais não contribuem para os aposentados do seu setor. Portanto, neste caso, não faria sentido falar em “déficit”.
5. Há uma espécie de “atraso” entre a mudança na conjuntura econômica e seu reflexo no balanço da Previdência urbana. Por exemplo, 2015 foi ano de recessão econômica, mas seu efeito sobre a Previdência foi sentido apenas no ano seguinte. Isso ocorre pois, quando há recessão ou crescimento, leva um tempo até que os empresários de fato retirem ou aumentem os investimentos.
6. Mapa da Desigualdade/Rede Nossa São Paulo/IBGE. In: <www.nossasaopaulo.org.br/mapa-da-desigualdade>
7. Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre, 2015. In: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_seguranca_2015.pdf>
8. Ver: <https://www.wikirio.com.br/IDH_dos_bairros_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro>
9. Ver: <<https://www.hypeness.com.br/2018/08/sem-previdencia-publica-chile-tem-numero-recorde-de-suicidio-de-idosos/>> “Sem previdência pública, Chile tem número recorde de suicídio de idosos”
10. <http://www.justificando.com/2018/12/18/10-mitos-do-sistema-previdenciario-de-paulo-guedes-segundo-andras-uthoff/>
11. Nota Técnica, Número 202. PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência, Dieese março de 2019
12. Para saber mais ver: Reforma Tributária Solidária: uma reforma necessária. Anfip, Fenafisco, 2018.

